

O AUTISMO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO

Rivamberg Virgulino de Souza¹

Luzia Débora F. de L. Barbosa²

Ana Lúcia Vendel³

Paula Miriam Torres Campos⁴

José Leonardo Barbosa de Oliveira⁵

Maria do Socorro Bezerra de Almeida⁶

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurobiológica complexa, que interfere no desenvolvimento das habilidades sociais, comportamentais e educacionais da criança em idade escolar. Este transtorno é caracterizado por uma gama sintomatológica importante e sua compreensão exige uma abordagem que leve em consideração aspectos multifatoriais. No contexto educacional, essas nuances se ampliam, tornando a inclusão e o processo de ensino e aprendizagem das crianças diagnosticadas um desafio significativo. Neste contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocupa um papel fundamental na promoção da inclusão e no desenvolvimento biopsicossocial das crianças com o Transtorno do Espectro Autista, fornecendo um ambiente adequado e estratégias específicas de ensino. Nesta perspectiva, considerando essa abordagem preliminar, este artigo tem como objetivo explorar o autismo no contexto do Atendimento Educacional Especializado, analisando não apenas os desafios enfrentados pelos estudantes com TEA, mas também algumas das práticas baseadas em evidências (PBEs) que podem ser adotadas para apoiar seu crescimento acadêmico, social e emocional. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa do tipo exploratório, desenvolvido a partir da coleta, análise e síntese de trabalhos já publicados sobre o tema. Em síntese, este estudo aponta que a inclusão de estudantes autistas no contexto educacional especializado não é apenas uma questão de política escolar, mas também de justiça social e que por meio de esforços colaborativos e um compromisso contínuo com a compreensão e aceitação é possível vislumbrar um futuro educacional mais inclusivo e equitativo para as crianças com Transtorno do Espectro Autista. Entretanto, esse processo paradigmático exige uma reestruturação tanto do fazer pedagógico, como também da própria escola, cuja relação histórica ainda encontra-se vinculada a uma lógica excludente, em que as transformações e avanços nesse campo são sempre parte de um processo de tensionamento histórico.

Palavras-chave: Educação. Direito. Políticas de Inclusão.

¹ Pós – Graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell - ISEED/FAVED, rivanberg@hotmail.com;

² Mestranda em Educação Inclusiva – PROFEL/UEPB, debora.barbosa.uepb.t4@gmail.com;

³ Dra. Ana Lúcia Vendel/ Orientadora/ - PROFEL/UEPB, analuciavendel@servidor.uepb.gov.br;

⁴ Mestranda em Psicologia da Saúde pela Fundação Universitária Iberoamericana (FUNIBER), julioepaula76@hotmail.com;

⁵ Especialista em Desenvolvimento Humano e Educação, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, jlbotimo@gmail.com;

⁶ Pós – Graduada em Psicopedagogia, Faculdade Integrada de Patos – FIP, mariadosocorrobezerradealmeida@gmail.com;

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem sendo definido junto à comunidade acadêmica e científica como uma das condições neurobiológicas mais complexas e desafiadoras, com impactos que afetam um número crescente de crianças, cujos prejuízos ocorrem principalmente nos campos da comunicação, socialização e comportamento.

No contexto educacional, especialmente no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o autismo tem apresentado desafios significativos, principalmente no tocante às práticas de inclusão, cuja dimensão histórica ainda se reveste, por um lado, de uma profunda desigualdade e, por outro, em uma busca crescente pela garantia de uma educação ajustada às condições dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.

Neste contexto, este transtorno com alta prevalência em crianças em idade escolar impacta não apenas a forma como os indivíduos com TEA interagem com o mundo, mas também exige uma compreensão aprofundada e estratégias de ensino adaptadas para promover a inclusão e o desenvolvimento pleno desses estudantes, de modo que possam ampliar seu nível de autonomia para conviver e aprender em diferentes contextos sociais.

Assim, ao adotarmos estratégias educacionais personalizadas e baseadas em evidências, podemos criar ambientes de aprendizagem que promovam tanto a compreensão sobre o TEA, como também a aceitação e a inclusão de forma mais naturalizada.

Nesta perspectiva, considerando essa abordagem preliminar, este artigo tem como objetivo explorar o autismo no contexto do Atendimento Educacional Especializado, analisando não apenas os desafios enfrentados pelos estudantes com TEA, mas também algumas das práticas baseadas em evidências (PBEs) que podem ser adotadas para apoiar seu crescimento acadêmico, social e emocional.

Assim, orientado por esses objetivos, este estudo se justifica pela necessidade em ampliar o debate sobre a condução do processo de inclusão da criança com TEA, tomando como base a premissa de que, independentemente do seu perfil neurodiverso, esses estudantes devem integrar o ambiente escolar como parte de um processo de democratização do acesso e permanência na escola. Dessa forma, ao compreender, apoiar e incluir os estudantes com TEA, estamos transformando vidas e moldando um futuro mais inclusivo e equânime, no qual as dimensões teóricas e políticas materializam-se no contexto escolar em práticas verdadeiramente inclusivas e menos discriminatórias.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, elaborado a partir da coleta, análise e síntese de trabalhos já publicados sobre o Transtorno do Espectro Autista no contexto do Atendimento Educacional Especializado e algumas das práticas pensadas para inclusão das crianças com o transtorno.

Sobre o método adotado, Pizzani et al., (2012, p.54) apontam que:

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da internet entre outras fontes.

Para alcançar os objetivos propostos, foram analisados artigos, monografias e textos especializados sobre o tema. Neste sentido, o embasamento teórico do trabalho sustenta-se em diferentes autores, tais como: Miele e Amato (2016), Tenório (2016), Laznick (2011), Leboyer (1995) dentre outros.

O trabalho desenvolvido por estes autores busca colocar luz sobre o autismo e sobre o AEE como duas instâncias que se interrelacionam, reconhecendo à escola como espaço histórico de fortalecimento dos aspectos biopsicossociais da criança com TEA e o Atendimento Educacional Especializado como um direito que deve ser assegurado de forma universalizada.

AUTISMO: ABORDAGEM PRELIMINAR

O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do desenvolvimento neurológico que se manifesta na infância e pode persistir ao longo de toda à vida. Sua etiologia varia amplamente de pessoa para pessoa, com prejuízos que envolvem áreas distintas do desenvolvimento, a exemplo da comunicação, da interação social e do comportamento (MIELE; AMATO, 2016).

Trata-se de um transtorno marcado historicamente por mudanças frequentes em sua abordagem conceitual, seja pela complexidade em identificar as suas causas ou pelas crescentes discussões sobre o papel ocupado pelos sujeitos com TEA nos diferentes campos sociais, históricos, culturais e educacionais.

Ao analisar os aspectos etiológicos do TEA, Griesi-Oliveira e Sertié (2017, p. 3) expressam essa complexidade quando apontam que:

O transtorno do espectro autista (TEA) é um grupo de distúrbios do desenvolvimento neurológico de início precoce, caracterizado por comprometimento das habilidades sociais e de comunicação, além de comportamentos estereotipados. Embora definido por estes principais sintomas, o fenótipo dos pacientes com TEA pode variar muito, abrangendo desde indivíduos com deficiência intelectual (DI) grave e baixo desempenho em habilidades comportamentais adaptativas, até indivíduos com quociente de inteligência (QI) normal, que levam uma vida independente.

A discussão histórica sobre o TEA não é recente, contudo, esse transtorno só começou a ser estudado de modo mais abrangente na segunda metade do século XX. Antes disso, pessoas com características autistas eram mal compreendidas ou consideradas excêntricas. O termo autismo foi cunhado pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1911, referindo-se à tendência dos pacientes a se isolarem do contato social (TENÓRIO, 2016).

Desde as primeiras proposições feitas por Bleuler outros pesquisadores avançaram na busca pela compreensão do autismo, seja ampliando suas bases teóricas ou propondo novas formas de intervenção, objetivando minimizar os sintomas e melhorar a qualidade de vida e as relações sociais desses sujeitos.

Para Marfinati e Abrão (2014, p. 2), “o termo autismo foi usado, inicialmente, para delinear mais um dos sintomas da esquizofrenia. Contudo, foi só a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o autismo começou a ser tratado como uma patologia diferenciada”.

Durante as décadas de 1940 e 1950, os pesquisadores Leo Kanner e Hans Asperger realizaram estudos clínicos descrevendo padrões comportamentais observados em crianças com autismo. Kanner, de forma particular, é creditado por definir o autismo como uma entidade distinta em 1943 e seus trabalhos lançaram os fundamentos que sustentam a compreensão moderna do TEA, na qual o transtorno é descrito como uma condição multifatorial e etiologia de natureza tanto genética, como também ambiental (STOTZ-INGENLATH, 2000).

Leboyer (1995, p. 9) enfatiza que “toda tentativa de definição do autismo tem início na primeira descrição dada por Leo Kanner, em 1943, no artigo intitulado: Distúrbios autísticos do contato afetivo (*Autistic disturbances of affective contact*)”.

Rivière (2004), ao fazer um percurso histórico sobre as bases conceituais do autismo, destaca que na segunda metade do século XX, avanços na neurociência e na genética começaram a fornecer *insights* sobre as bases biológicas do autismo. Dessa forma, a década de 1980 viu a introdução do termo "Transtorno do Espectro Autista", refletindo a diversidade de sintomas e habilidades encontradas em indivíduos autistas.

Aqui, cabe destacar o papel exercido pelo Manual Estatístico de Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM), que passou a estabelecer critérios mais assertivos de avaliação diagnóstica para o autismo. Elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), o DSM

tem como função apresentar a comunidade científica uma base empírica para a prática clínica, pesquisa e ensino sobre o TEA, bem como servir de instrumento para a coleta e a comunicação de dados estatísticos referentes à saúde pública (FERNANDES et al., 2020; APA, 2002).

De maneira sintética, podemos resumir a evolução conceitual do TEA analisando a própria formulação do DSM e suas atualizações. No DSM-III, lançado em 1980, o autismo é definido como "autismo infantil". Em 1995 é lançado o DSM-IV, no qual o autismo é renomeado como transtorno autístico, passando a fazer parte do grupo dos transtornos invasivos do desenvolvimento. No DSM-IV-TR, o autismo é apresentado com outros diagnósticos diferenciais, apontado para a prevalência de um caso a cada cem em 2006, ou seja, as definições de 1995 ganharam mais abrangência. Em 2013 é lançado o DSM-5, com novo nome e concomitantemente com um novo aumento da prevalência dos casos: torna-se Transtorno do Espectro Autista, em que os critérios para o diagnóstico se tornam mais fluidos e vários outros transtornos passam a ser incluídos dentro desse espectro (transtorno invasivos não específicos do desenvolvimento; síndrome de Asperger; síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância, por haver um continuum entre eles (JERUSALINSKY, LAZNICK, 2011).

Dada sua evolução conceitual, o DSM continua refletindo o autismo como uma condição neurobiológica complexa e suas reformulações vêm contribuindo significativamente com desenvolvimento de práticas mais inclusivas e alinhadas com as necessidades das crianças com autismo. No mesmo sentido, a melhoria dos critérios diagnósticos aponta para um maior nível de conscientização sobre o TEA, com influência também na organização de movimentos de luta pela neurodiversidade, que destaca a aceitação e a celebração da diversidade cerebral.

De acordo com Souza (2018), a neurodiversidade é o conceito de que condições neurológicas que divergem do padrão são variações naturais e fazem parte da diversidade humana. Não são resultado de uma tragédia, de um "desequilíbrio cerebral" ou de uma limitação, mas simplesmente de conexões neurais distintas.

Neste contexto, é possível afirmar que estamos caminhando em busca de uma melhor aceitação acerca do que é ser autista e não ter autismo. Dessa forma, parece haver um senso coletivo de que há diferenças significativas dentro do próprio espectro, sendo necessário olhar cada um como um ser aprendente que tem o direito de participar dos ambientes sociais de forma irrestrita em plenas condições de igualdade de oportunidades (ALENCAR; BARBOSA; GOMES, 2021).

Contudo, apesar dos avanços, o autismo ainda representa um desafio significativo, no qual a busca pelo reconhecimento dos aspectos neurodiversos ocorrem em campos distintos e com sujeitos também distintos. Dessa forma, o diagnóstico precoce, a intervenção e a inclusão

de crianças com TEA no ambiente escolar continuam sendo áreas de discussões cruciais, cujas abordagens vem ganhando amplitude no âmbito acadêmico, científico e educacional.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Atendimento Educacional Especializado é uma modalidade de ensino que visa oferecer suporte pedagógico individualizado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais especiais. No contexto do autismo, o AEE desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no desenvolvimento de habilidades adaptativas, objetivando ampliar as potencialidades dos sujeitos, elevando sua autonomia e melhorando as suas relações socioafetivas.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. (BRASIL, 2008).

Somada a essa dimensão, o AEE possibilita também que os estudantes com autismo superem os estigmas históricos, pois parte da premissa de que não basta garantir o acesso, mas também trabalhar com a reparação histórica e o fortalecimento do senso de pertencimento, de modo que os sujeitos com TEA sejam parte ativa e integrante da escola.

Para Hansel, Zych e Godoy (2014, p. 26) “ter seus direitos assegurados na legislação não significa garantia de atendimento educacional satisfatório. A inclusão implica num processo que pressupõe, necessariamente, pertencimento e, para que isto ocorra, torna-se imprescindível o respeito e a justiça”.

Parece haver, portanto, um consenso junto à comunidade científica de que é preciso transpor a mera normatização existente, posto que esta isoladamente não é suficiente para alterar o paradigma da exclusão escolar das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

A Educação Inclusiva é baseada em uma visão educacional que se apoia nos direitos humanos, promovendo igualdade e diferença de forma indissociável. Ao reconhecer as dificuldades do nosso sistema educacional em lidar com a complexidade da aprendizagem e a diversidade dos indivíduos, torna-se necessário redefinir nossas práticas pedagógicas para evitar discriminação, negligência ou exclusão (BRAGA JÚNIOR; BEDAQUE, 2018).

Isso implica afirmar que, além das bases legais, a educação inclusiva pressupõe também uma mudança substancial na própria estrutura histórica na qual encontra-se ancorada o Atendimento Educacional Especializado. Trata-se, pois, de uma reordenação ampla no campo prático, com ênfase na gestão, na orientação e no cumprimento das diretrizes gerais já existente no âmbito das políticas públicas de educação inclusiva, cujas bases teóricas e normativas parecem consolidadas, mas a efetivação ainda carece de ajustes profundos, no sentido de serem reconhecidas como políticas universais de inclusão.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA CRIANÇA COM TEA: UMA SÍNTESE SOBRE A TERAPIA ABA E O MÉTODO PECS

A implementação de estratégias de ensino para crianças com TEA é uma responsabilidade compartilhada, que envolve as escolas, as famílias e a comunidade de maneira simbiótica. Dessa forma, investir em programas de inclusão não apenas beneficia as crianças com TEA, mas também enriquece as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, promovendo a aceitação, a compreensão e a diversidade. Neste sentido, o compromisso coletivo com a inclusão da criança autista cria espaços escolares onde todos os indivíduos podem alcançar seu pleno potencial, desde que sejam disponibilizados os estímulos corretos.

De acordo com Oliveira, Tomaz e Silva (2021, p. 2) “as estratégias de ensino para alunos autistas vêm sendo estudadas e elaboradas com base nas investigações das melhores práticas desenvolvidas e que obtiveram sucesso. As mais significativas para a área da educação têm por base as teorias de análise do comportamento”.

Cunha (2010, p. 13) por sua vez, aponta que “as abordagens pedagógicas em pessoas com autismo são de base comportamental. Porém, não visam aprisioná-las a condicionamentos específicos, antes, tentam livrá-las das limitações comportamentais que lhes trazem danos”.

Para Silva, Duhart e Pereira (2019), ao propormos práticas pedagógicas de inclusão para crianças com TEA, é fundamental considerar todos os seus aspectos biopsicossociais, pois cada indivíduo com Transtorno do Espectro Autista é único. Neste sentido, o ensino deve ser pensado com base em metodologias e recursos adaptados. Nesse processo, o ensino de competências e habilidades não precisam estar centradas em currículos ou concepções formais, pois os espaços de ensino precisam se relacionar com a realidade do aluno, de modo que haja uma colaboração recíproca no processo de ensino e aprendizagem. Guiado por essas dimensões, podemos então exemplificar algumas estratégias de intervenções para inclusão da criança com TEA:

Terapia ABA

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma abordagem terapêutica comumente usada para tratar crianças com Transtorno do Espectro Autista. A ABA é baseada na ciência do comportamento e foca na compreensão e modificação de comportamentos para melhorar habilidades sociais, comunicativas e de aprendizado dos indivíduos.

De acordo com Silva, Duhart e Pereira (2019, p. 15) “muitos definem a aplicação de ABA para crianças com Transtorno do Espectro Autista como “aprendizagem sem erro”. Basicamente, a ABA trabalha no reforço dos comportamentos positivos”.

O trabalho da criança com TEA no contexto da ABA parte da observação, análise dos aspectos biopsicossociais e da intervenção prática em comportamentos alvos e que interferem na aprendizagem e no estabelecimento de relacionamentos sociais saudáveis. Neste sentido, a Terapia ABA se baseia na análise do comportamento, identificando padrões e trabalhando para entender como o ambiente afeta o comportamento da criança.

Dessa forma, as intervenções são adaptadas às necessidades individuais da criança e as metas definidas com base nas habilidades existentes. Além destes aspectos, trabalha-se com reforçadores positivos, modelagem comportamental e análise funcional do comportamento, objetivando identificar as razões por trás dos comportamentos problemas para desenvolver estratégias de intervenção.

No contexto escolar, as estratégias baseadas na Análise do Comportamento apresentam reflexos significativos no aprendizado das crianças com TEA, auxiliando na integração social e na inclusão de forma mais naturalizada, pois o trabalho é desenvolvido com ênfase em recursos que buscam reforçar o repertório positivo e minimizar os comportamentos aversivos.

Método PECS

O uso de formas alternativas de comunicação por pessoas autistas é parte integrante do processo de inclusão e esses recursos devem ser adotados como instrumentos básicos no desenvolvimento daqueles que não desenvolveram a linguagem oral dentro do marco do desenvolvimento ou apresentam dificuldade acentuada para falar.

É essencial garantir à pessoa com autismo a oportunidade de se expressar de maneira mais clara, assim como ocorre com pessoas não autistas. Portanto, é crucial desenvolver programas alternativos de comunicação que atendam às necessidades comunicativas tanto no

ambiente escolar quanto no familiar, considerando que pessoas com autismo passam muito mais tempo em casa do que na escola (WALTER, 2011).

Neste sentido, o PECS (*Picture Exchange Communication System*) é um método de comunicação alternativa que utiliza como base metodológica a troca de figuras, em que a comunicação é orientada para o desenvolvimento de aspectos relacionados ao cotidiano da criança e aquisição de habilidades de vida diária.

De acordo com Tarouco (2019), o trabalho com o método PECS consiste no desenvolvimento inter-relacional entre as necessidades básicas da criança e a apresentação de figuras pré-definidas sobre a atitude pretendida. Dessa forma, cada vez que o aluno com autismo solicitar algo, ele mostra a figura que representa o seu desejo. Cada aluno com autismo deve ter sua própria pasta, com as suas figuras, que deve ser levada para todos os lugares, pois estas são sua forma de comunicação.

Bondy e Frost, (2001, p. 3) enfatizam que o trabalho com método PECS é dividido em seis fases, que são:

- 1) Fazer pedidos através da troca de figuras pelos itens desejados;
- 2) Ir até a tábua de comunicação, apanhar uma figura, ir a um adulto e entregá-la em sua mão;
- 3) Discriminar entre as figuras;
- 4) Solicitar itens utilizando várias palavras em frases simples, fixadas na tábua de comunicação;
- 5) Responder à pergunta O que você quer;
- 6) Emitir comentários espontâneos.

Em síntese, o método PECS contribui com o desenvolvimento de habilidades de comunicação em diferentes contextos sociais, pois quando condicionadas, as crianças com autismo passam a atender suas necessidades e desejos de forma mais simples e objetiva. Neste contexto, o PECS, assim como outras técnicas de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) são instrumentos relevantes no processo de inclusão e desenvolvimento da autonomia da criança com TEA tanto no contexto social, como familiar e escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurobiológica complexa que afeta a comunicação, socialização e comportamento de crianças em idade escolar, criando desafios significativos para práticas de inclusão. Neste contexto, esta pesquisa de revisão destaca a necessidade de ampliação de estratégias de ensino adaptadas para promover a inclusão e o desenvolvimento pleno de estudantes com TEA, elevando sua autonomia e capacidade de convivência em contextos sociais diversos.

Essa abordagem é relevante porque os principais desafios enfrentados pelos estudantes com TEA no ambiente escolar incluem a necessidade de superar barreiras de comunicação e interação social. Assim, o estudo elencou algumas práticas baseadas em evidências que podem ser adotadas no AEE, evidenciando sua validade científica e relevância no processo de inclusão.

O estudo também apresentou uma síntese histórica sobre o TEA, destacando sua evolução desde os primeiros estudos proposto por Eugen Bleuler, Leo Kanner e Hans Asperger até os avanços recentes na neurociência e genética. Nesse processo, enfatizou-se papel do DSM, que desempenhou um papel crucial na definição e ampliação dos critérios diagnósticos para o TEA, refletindo a complexidade e diversidade de sintomas encontrados no espectro autista.

A pesquisa enfatiza ainda a importância da inclusão educacional como um direito universal, destacando que garantir o acesso à educação não é suficiente; é necessário promover a reparação e o fortalecimento do senso de pertencimento dos estudantes com TEA, apontando que a inclusão efetiva requer práticas pedagógicas que respeitem a diferença e proporcionem equidade de oportunidades, permitindo que o estudante com TEA aprenda e tenha sua capacidade reconhecida e valorizada.

Portanto, estudo conclui que, para promover uma educação inclusiva, é fundamental adotar práticas pedagógicas baseadas em evidências, que atendam às necessidades específicas dos estudantes com TEA. Além disso, destaca a necessidade de uma mudança estrutural e cultural no sistema educacional para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento pleno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontamentos levantados neste trabalho, o autismo é conceituado atualmente como um transtorno complexo, que afeta de forma significativa a vida das crianças em idade escolar. Contudo, apesar da alta prevalência, com o apoio adequado, incluindo o Atendimento Educacional Especializado, os indivíduos com TEA podem desenvolver habilidades, superar desafios e se integrarem de forma ativa na sociedade. Nesse processo, o AEE desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no fornecimento de suporte individualizado para maximizar o potencial de cada criança com autismo.

Neste sentido, considerando essas dimensões, este estudo buscou oferecer uma análise concisa sobre o autismo no contexto do Atendimento Educacional Especializado, delineando os desafios enfrentados pelos estudantes na busca pela promoção de sua inclusão. Ao longo desta pesquisa, foi possível levantar algumas dimensões conceituais sobre o TEA, descrevendo

a complexidade desse transtorno e as múltiplas facetas que envolvem sua interação com o ambiente escolar, social e familiar.

Outro ponto crucial que emergiu deste estudo é a importância do entendimento e aceitação da neurodiversidade. É essencial reconhecer que a variabilidade neurológica é uma parte natural da condição humana. Portanto, ao invés de tentar "normalizar" as crianças autistas, devemos celebrar suas diferenças e criar oportunidades para que elas desenvolvam suas habilidades e talentos únicos.

Portanto, este trabalho sublinha a importância da colaboração entre escolas, famílias e comunidades para criar um sistema de apoio integrado. Assim, a inclusão de estudantes autistas no contexto educacional especializado não é apenas uma questão de política escolar, mas também de justiça social, em que a mudança do paradigma da desigualdade exige a reestruturação tanto do fazer pedagógico, como também da própria escola, cuja relação histórica ainda encontra-se vinculada a uma lógica excludente, em que as transformações e avanços são sempre parte de um processo de tensionamento histórico.

REFERÊNCIAS

APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4ª ed. Texto Revisado.** DSM-IV-TR. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ALENCAR, H. F; BARBOSA, H. F; GOMES, R. V. B. **Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar.** E-book, VII CONEDU 2021, v. 2. Campina Grande: Realize Editora, 2022.

BONDY, A.; FROST, L. The Picture Exchange Communication System. **Behavior Modification**, v.25, n.5, p.725-744, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** MEC, SEESP, 2008.

BRAGA JÚNIOR, F. V; BEDAQUE, S. A. P. **Atendimento Educacional Especializado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista: trajetória e orientações /** Organizador Francisco Vander Braga Júnior. Mossoró: edUFERSA, 2018.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora; 2010.

HANSEL, A. F; ZYCH, A. C; GODOY, M. A. B. **Fundamentos da educação inclusiva.** Paraná, p. 07-99, 2014.

JERUSALINSKY, A., & LAZNIK, C. Uma discussão com a Neurociência. In Jerusalinsky, A., & Fendrik, S. (orgs). **O livro negro da Psicopatologia Contemporânea** p. 73-91, 2011, São Paulo: Via Lettera.

LEBOYER, M. **Autismo Infantil – Fatos e modelos**. Tradução: Rosana Guimarães Dalgalarondo. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Educação Especial).

MIELE, F. G; AMATO, C. A. H. Transtorno do espectro autista: qualidade de vida e estresse em cuidadores e/ou familiares - revisão de literatura. Cad. Pós-Graduação. **Distúrb. Desenvolv.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 89-102, dez. 2016.

MARFINATI, A. C; ABRAO, J. L. F. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos Clínicos**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 244-262, ago. 2014.

WALTER, C.C.F. **O PECS-adaptado no ensino regular: uma opção de comunicação alternativa para alunos com autismo**. In L. Nunes; P. Quiterio; C. Walter; C. Schirmer & P. Braun, (Orgs) Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE/FAPERJ, 2011, p.127-139.

OLIVEIRA, S. L. A; TOMAZ, E. B; SILVA, R. J. M. Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 3, 26 de janeiro de 2021.

PIZZANI, L. et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53 – 66, jul./dez, 2012.

GRIESI-OLIVEIRA, K.; SERTIÉ, A. L. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Reviewig Basic Sciences**, Einstein, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 233-238, abr./jun. 2017.

RIVIÈRE, Angel. O desenvolvimento e a educação da criança autista. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 234-254.

STOTZ-INGENLATH, G. Epistemological aspects of Eugen Bleuler's conception of schizophrenia in 1911. **Medicine, Health Care, and Philosophy**, v. 3, n. 2, p. 153 -159, 2000.

SOUZA, B. **Autistas e a vida em comunidade**. Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas. 2018.

SILVA, M. C; DUHART, M. F. R; PEREIRA, P. C. S. **Práticas pedagógicas inclusivas: Transtorno do Espectro Autista**. Alfenas, 2019.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-59. 2002.

TAROUCO, A. R. **Metodologias aplicadas no ensino de ciências da natureza com alunos com transtorno do espectro autista**. 2019. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências da Natureza, Universidade Federal do Pampa, Dom Pedrito, 2019.